



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DO MITO À REALIDADE: REINVENTANDO PARA REVIVER- RIBEIRA/NATAL-RN

Ingrid Grazielle Reis do Nascimento (UFRN) - ingridgraziele@hotmail.com

Geógrafa, Estudante de Pós graduação do Programa de Estudos Urbanos e Regionais da UFRN.

Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFRN) - aclaudiacardoso@gmail.com

Arquiteta Urbanista, PhD em Arquitetura (Oxford Brookes University/UK), professora do PPEUR/UFRN.

Do Mito à Realidade: Reinventando para Reviver- Ribeira/Natal-RNⁱ

Resumo:

Este artigo aborda a associação tácita, manifesta em Natal, entre planejamento urbano e planejamento estratégico, que historicamente tem sido orientada para o fortalecimento do turismo e do setor imobiliário, e que também diz respeito à temática da preservação do Centro Histórico de Natal. O artigo aborda a disputa em curso no bairro da Ribeira em Natal, onde o avanço do mercado imobiliário deve-se não apenas à proximidade desses atributos culturais e históricos, mas também à proximidade ao bairro de Petrópolis e à busca de acessibilidade e usufruto da paisagem natural – a vista do rio e do mar – e justifica-se pelo mito de que o turismo, a mudança de uso e a inserção de novos habitantes revitalizarão a área, mesmo que para isso sejam naturalizadas versões distorcidas a respeito da memória do Centro Histórico de Natal.

Palavras chave: Centro histórico; planejamento estratégico; atividade turística

1.0 Introdução e Justificativa

Este artigo pretende discutir a estratégia de preservação do centro histórico de Natal, assumindo uma circunstância histórica da cidade, em que o turismo orienta ações do poder público, planejadas de acordo com uma concepção de planejamento estratégico que paulatinamente agrega novas partes. Esse fato foi explicitado no decorrer dos últimos anos quando obras como a via costeira e a ponte sobre a foz do rio Potengi priorizaram o uso contínuo da orla pela atividade turística, mesmo sobre áreas da cidade com valor histórico e cultural. Em Natal, a abordagem do Centro Histórico variou no tempo; no início do século XX, foi arena de disputa entre os setores da elite sustentados por atividades rurais e pela nascente

atividade industrial (PMN, 2010). Depois da expansão da cidade, sofreu total descaso e recentemente tornou-se objeto da disputa de novos atores sociais movidos por concepções distintas de revitalização. O recente tombamento ainda não conta com uma prática comprometida com o resgate da diversidade de atores sociais que interagem na área. .

Este texto terá como objetivo a análise de “mitos” existentes acerca do centro histórico, criados a partir de interesses e estratégias dos atores sociais envolvidos na reprodução desse espaço, e observados a partir da perspectiva dos moradores e usuários do bairro da Ribeira/Natal. Pretende-se, através de entrevistas, verificar a percepção daqueles sobre as transformações que historicamente são conduzidas sem um debate mais amplo entre os diversos segmentos da sociedade local.

Os resultados de entrevistas foram confrontados com a literatura acerca do papel que desempenham os centros de cidade hoje para a dinâmica urbana. Em particular, será possível estabelecer a distância entre a vivência de ontem e de hoje neste mesmo espaço, indicando como o senso comum sobre a realidade do bairro contribui para “naturalizar” a ideia de que as coisas são hoje o que sempre foram.

Via de regra, os centros históricos na perspectiva da cidade contemporânea, tornaram-se uma “vitrine”, que melhora a imagem da cidade externa e internamente e, ao reutilizar seus edifícios abandonados ou deteriorados para preservar o patrimônio, também dinamiza o mercado imobiliário na área em questão. Em Natal, entretanto, o interesse imobiliário é pela localização privilegiada, e substituição do casario antigo por edifícios com dezenas de pavimentos. Nesta perspectiva, surge a indagação: qual seria a importância da recuperação dos centros urbanos em Natal, que tem apostado na paisagem natural, e não no seu acervo histórico, como principal ativo para o turismo?

2.0 A cidade de Natal

A fundação da cidade deveu-se à estratégia portuguesa de defesa. Durante os primeiros séculos, o crescimento da cidade foi lento e baseado nas atividades rurais. A localização era estratégica, mas o potencial comercial era prejudicado pela precariedade do porto. No século XIX, teve início o ciclo do algodão, base do desenvolvimento econômico até 1920, quando teve início a indústria têxtil, que foi incapaz de se impor como uma indústria competitiva no contexto nacional, mas forte o bastante para estruturar a cidade. Na virada do século XX a cidade estava dividida entre os bairros da Cidade Alta e da Ribeira, que abrigava a elite rural conservadora e a elite industrial progressista respectivamente. Esses dois bairros constituem o centro histórico de

Natal Dentre os espaços que sofreram intervenções recentes, destaca-se a Praça Augusto Severo, conhecida como Praça da Ribeira, que à época era um ponto de convergência de rotas diversas, em função dos equipamentos que concentrava: na estação ferroviária chegava à população do interior, que ali se misturava aos residentes no direcionamento para o comércio, escolas, edifícios públicos; também chegavam às rotas de bonde e, posteriormente dos ônibus; havia também o teatro Alberto Maranhão, que oferecia a programação cultural e disseminava os códigos de comportamento da elite culta. Havia um grande potencial de encontros não programados e não hierarquizados dentre representantes de grupos sociais com idade, origem, renda e condição social diversos, que estimulava a negociação contínua de interesses, e que caracteriza a qualidade da “urbanidade”, tal qual definida por Holanda (2003:16), e que foi perdida nos períodos subseqüentes. (CASCUDO apud FURTADO, 2005).

Ainda no século XX, houve crescimento significativo no setor terciário e um relevante aumento da população da cidade impulsionado pelas migrações, decorrentes das constantes secas no interior. O crescimento populacional motivou uma série de planos urbanísticos importantes na cidade, que, a partir dos anos de 1920, introduziram zoneamentos e diretrizes para uso e ocupação do solo, e, nos anos de 1940, culminaram com um plano de expansão comprometido com aspectos ambientais. O período da 2ª Guerra Mundial foi um divisor de águas no desenvolvimento da cidade de Natal, que à época recebeu grande contingente de tropas norte-americanas que participaram da vida e organização social da cidade por um período de quatro anos, e deixaram obras importantes para a configuração socioespacial atual (Clementino, 1995).

Esses planos acompanharam as concepções que eram praticadas no resto do país. Ao higienismo social, sucederam-se o urbanismo racionalista, o planejamento econômico e intervencionismo estatal de Vargas, o planejamento técnico globalizante dos planos diretores de desenvolvimento integrado dos militares e os planos diretores participativos comprometidos com a gestão democrática da cidade, destacando o planejamento como fio condutor da política urbana local (ATAÍDE 1997 apud LEAL, 2005). (Ver quadro 1).

Quadro 1: Caracterização dos planos urbanísticos implantados em Natal no decorrer do século XX.

Planos	Período	Objetivo	Abrangência
--------	---------	----------	-------------

Polidrelli	1901/1904	A definição do parcelamento solo e de seu arruamento, deixando para trás ruas apertadas e irregulares, sendo estabelecidas ruas largas e arejadas, distantes de classes populares e das péssimas condições ambientais que afetavam parte da cidade.	Responsável pelas avenidas largas, bem como a formação de avenidas paralelas no sentido norte sul.
Palumbo	Meados da década de 1920	Reafirmar e ampliar as bases de ocupação do solo urbano, definindo espaços específicos para a administração, o comércio, a indústria e a moradia.	Plano de urbanização para a cidade
Geral de Obras	1935	Foco no lazer da população, o embelezamento e o saneamento da cidade	Abastecimento e saneamento da cidade como um todo.
Plano Diretor	1974	Visa fornecer uma diretriz ao ordenamento da cidade, contemplando desde aspectos ambientais quanto urbanísticos	A cidade de Natal.

Fonte: Furtado, 2005.

No entanto, apesar do planejamento respaldar as políticas urbanas, a prática foi marcada pela retórica, que segundo Maricato (2000), referindo-se ao caso brasileiro em geral, expressa uma dicotomia entre os direitos universais e a normatização cidadã, presentes no texto e no discurso, e a prática da cooptação a favor da discriminação e desigualdade na prática da gestão. Ainda na fala de Maricato (2002), sobre o novo papel que as cidades adquirem no mundo globalizado, e o objetivo da gestão participativa, está a observação a respeito do quanto as propostas de planos estratégicos, vendidos às municipalidades latino-americanas, combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o “ajuste” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington.

A cidade de Natal (ver figura 1) não se constitui em exceção à regra; historicamente foi estabelecido um distanciamento entre discurso e prática, de modo a atender prioritariamente os interesses das elites segregando os pobres. Os conjuntos habitacionais construídos na zona norte da cidade, na margem do rio Potengi oposta ao centro histórico, são um exemplo da segregação dos pobres migrantes em relação à elite urbana e à classe média que se estabeleciam nos bairros a leste (Petrópolis, Tirol) e sul da cidade (Lagoa Nova, Capim Macio e Ponta Negra). Espaços como o da Ribeira, que proporcionavam a experiência da urbanidade, tal como definida acima a partir de Holanda (2003), foram rotulados como segregados ou até

mesmo “esquecidos”, após o crescimento da cidade, após a desativação dos equipamentos públicos, migração do comércio, abandono das residências, e reformas no espaço público orientadas para segmentos específicos da população.



Figura 1- Cidade de Natal, observar área histórica (Ribeira) próximo à foz do Rio Potengi, Zona Norte (na margem esquerda do rio), Zona Oeste na direção oposta ao mar (Felipe Camarão) , Zona Leste (Tirol, Lagoa Nova) e Zona Sul (Capim Macio, Ponta Negra). A via costeira conecta a Ponta Negra ao Tirol, margeando o Parque das Dunas e o mar. Fonte: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-br&tab=wl>.

Por outro lado, o declínio da indústria têxtil, ocorrido nos anos 1980, foi contrabalançado com a consolidação da indústria do turismo. A expansão da cidade de Natal juntamente com o

investimento na infraestrutura hoteleira de padrão internacional, colocava o Estado do Rio Grande do Norte no circuito competitivo do turismo no Nordeste. A beleza natural da paisagem e o traçado viário moderno com amplas avenidas eram um diferencial importante e estímulo para a busca de recursos federais e estaduais para novas melhorias. Na década de 1980, o Programa de Cidades de Porte Médio, voltado para o melhoramento de vias e condições de transporte, viabilizou a construção da Via Costeira, entre o mar e o Parque das Dunas, com 8,5 Km de extensão, destinada para a construção de hotéis de luxo. Esta foi importante medida para a consolidação da atividade turística como principal vocação da cidade, associada aos investimentos no setor imobiliário, que também foram tomados como legitimadores da abordagem estratégica da ação pública recente na cidade. A partir de então, sustenta-se o senso comum de que as ações cirúrgicas favoráveis ao turismo e dinamizadoras do mercado imobiliário passaram a ser aceitas como boas para a economia da cidade. (FURTADO, 2005).

3.0 O centro histórico em foco

De acordo com Zanirato (2007), os conceitos de proteção, preservação, restauração, revalorização, recuperação ou reabilitação de espaços urbanos são muito recentes na história. Durante muito tempo, os homens simplesmente abandonaram ou destruíram o que havia sido edificado no passado sem que existisse a noção de patrimônio. A idéia de que a cidade constitui parte do patrimônio cultural e a busca de meios legais de proteção a esse bem ocorreram no período imediatamente posterior à Revolução Francesa. No passado, o entendimento sobre patrimônio era restrito apenas ao aspecto histórico, focado principalmente na esfera militar e em figuras emblemáticas. Ao longo do tempo, o patrimônio passou a contemplar aspectos culturais e das realizações intangíveis e manifestações culturais imateriais (ex: danças, culinária, práticas medicinais etc.) (CARRION apud PELEGRINI e FUNARI, 1996).

As convenções internacionais, notoriamente as “cartas patrimoniais”, subscritas internacionalmente dos anos 30 do século XX, reforçaram as preocupações com o assunto da restauração e da preservação, estabeleceram normas internacionais de proteção e uma grande mudança de paradigmas nas estratégias de preservação de bens culturais. A partir delas buscou-se a preservação e integração do centro histórico à dinâmica da cidade, assim como das suas áreas de entorno. Entretanto, mesmo após os avanços técnicos e científicos desse campo de conhecimento e a disseminação e a padronização de novos paradigmas no âmbito mundial, muitos gestores optaram pelo “*resgate do passado*”, mais como estratégia para atração de investimentos para as suas cidades, do que a adoção de um modelo de preservação

de áreas históricas mais purista que incluísse o acervo construído e as condições de uso e ocupação da população tradicionalmente estabelecida na área.

Desde a primeira metade do século XX, em particular entre os arquitetos e planejadores urbanos, a forma de atuação sobre esses espaços tem gerado muita discussão. As chamadas “cartas patrimoniais” resumem essa discussão e visam orientar as intervenções nessas áreas. A Carta de Veneza, de 1964, e a Declaração de Amsterdã, de 1975, consolidaram novos parâmetros de análise sobre o patrimônio, pois ampliaram o conceito de monumentos e recomendaram que fossem preservadas obras consideradas de algum valor cultural, isso atrelado à proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que tenham valores históricos e culturais. A Declaração de Amsterdã orientava uma política de conservação integrada, juntando o patrimônio à vida social, conferindo à gestão municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e, ainda, recomendava a inserção dos habitantes em todo o processo, medida que tinha por finalidade diminuir a saída gradativa dos habitantes da área.

As políticas iniciais efetivas de preservação ocorreram no contexto das grandes reformas urbanas da Europa, em meados do século XIX, e tiveram motivações econômicas e estratégicas, de maneira a evitar saques generalizados e proteger a propriedade pública (CHOAY, 2006: 145). Em outras partes do mundo, também foram adotadas as mesmas diretrizes de preservação do patrimônio arquitetônico, orientados, em grande medida, pelas Cartas e Recomendações sobre o patrimônio. Foi constituído um corpo de legislação internacional que estabelece regras para a salvaguarda dos bens pertencentes à coletividade e que são emitidas por organizações, como o Conselho da Europa, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); o Conselho Internacional de Museus (ICON) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (ZANIRATO, 2007).

3.1 O centro histórico no contexto do planejamento estratégico

É indiscutível que o conceito de centro histórico está atrelado ao surgimento do núcleo urbano e tende a reforçar a valorização do passado (CARRION, 1998, apud VARGAS e CASTILHO, 2009: 2). Crescentemente, em particular desde meados do século XX, o número de pessoas que visitam centros históricos e seus monumentos é cada vez mais significativo, por isso, o interesse da iniciativa privada em investir nessas áreas. (CHOAY, 2006). O núcleo original também se constitui em um referencial simbólico das cidades, ganhando *novas* atribuições como, por exemplo, a de transformar-se em “centro histórico”. Nos centros estão localizados prédios que pertencem à sede da prefeitura, o governo de uma maneira geral,

sedes de jornais, tribunais de justiça, catedrais, bancos, enfim instituições que têm uma forte representatividade simbólica para as cidades e, até, para o seu entorno, o que implica diretamente na definição do centro (FRIEDRISCHS et al., 1987, apud VARGAS e CASTILHO, 2009: 3).

Nesse contexto, o planejamento estratégico se justifica pela necessidade de compatibilizar os desafios gerados pela nova estruturação da sociedade urbana, comprometida com a busca de uma visão do futuro, a partir da realidade atual, que permita a evolução dentro de condições pré-estabelecidas, e capacite a sociedade urbana (SOUZA, 2004).

Historicamente, as intervenções em áreas históricas das cidades brasileiras estão associadas a grandes projetos de revitalização urbana, acarretando alterações estruturais profundas, que podem vir a influenciar a qualidade de vida da população residente na área e na cidade como um todo. Processos de revitalização e reabilitação urbanas visam dar uma nova vitalidade, seja em âmbito cultural, social ou econômico, às áreas a que se dirigem, através de inserção de equipamentos urbanísticos, fornecendo infraestrutura compatível com o fomento da cultura de massa, traduzida, por exemplo, na criação de teatros, bares, restaurantes e constantes promoção de eventos na área (SOUZA, 2004).

Porém, Harvey (1996) critica a imensa atenção dada aos aspectos estruturantes da dinâmica econômica (centros cívicos, parques tecnológicos, centros de convenções etc.) que acabam por desviar a atenção de problemas urbanos mais significativos. Ressalte-se ainda o aumento das desigualdades socioeconômicas, contribuindo para as crescentes disparidades de riqueza e renda, bem como para o aumento da pobreza urbana, notável mesmo em cidades que apresentam crescimento acentuado. É interessante notar ainda que, em meio a essa difusão de modelos que se propõem a resolver os desafios presentes nas cidades, observa-se também que ocorre a propagação de um discurso alienador, visando à obtenção de um consenso por parte da população (VAINER, 2000). Trata-se da disseminação da ideia de que benefícios positivos para toda a população podem ser alcançados por cidades, quando elas assumem um comportamento empreendedor em relação ao desenvolvimento (HARVEY, 1996).

Essa vertente analítica tem como foco a revitalização, que pode ocorrer de forma parcial ou total e, no decorrer de sua materialização, na maioria das situações, acarreta uma mudança de funcionalidade do local, induzindo a mudança de uso e a gentrificação, ou o gradativo afastamento da população original do local. Esse discurso encontra respaldo na estratégia política e serve para justificar a intervenção em algumas áreas da cidade, tidas como “degradadas”. Pesquisadores como Carlos Vainer, Ermínia Maricato e Otilia Arantes discutem este problema, enfatizando o discurso político que é produzido para justificar as intervenções

que são dirigidas para áreas que não possuem “vitalidade”. Os autores citados afirmam que, ao contrário do discurso disseminado, essas áreas possuem um grande vigor, entretanto, na maioria das vezes, são ocupadas por uma população de baixa renda, o que justifica – da perspectiva do capital – a mudança de uso no local, e a atração de novos segmentos sociais para o usufruto desses espaços. Do ponto de vista do planejamento estratégico, esse novo panorama contribui de forma significativa como ativo para a competitividade entre cidades.

A reabilitação urbana se configura como uma nova concepção de intervenção urbana, sendo muitas vezes confundida com a revitalização. O processo de revitalização urbana não se limita apenas a critérios funcionais, mas também políticos, econômicos e sociais. Para Hall (1988), o conceito de revitalização está diretamente ligado à reciclagem, recuperação de antigas estruturas físicas para novos usos. Nesse sentido, experiências de estratégias financeiras aplicadas sobre o urbano, sobretudo a partir da década de 1970, podem ser encontradas em várias cidades da Europa e dos Estados Unidos. São muitos os exemplos de casos exitosos de revitalização, da perspectiva do fluxo turístico: a orla marítima de Boston e Baltimore, nos Estados Unidos (HALL, 1988) e Paris, Barcelona e Lisboa na Europa, dentre outros (ARANTES, 2001). Lisboa (apud Gazola, 1999), por sua vez, reforça a afirmação de Hall (1988), dizendo que a revitalização urbana engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte decadente da cidade. Esta noção, próxima da reabilitação, aplica-se a todas as zonas da cidade com ou sem identidade e características marcadas. Com o processo de revitalização urbana, áreas que estavam subutilizadas ou deterioradas são revalorizadas.

No Brasil, em anos recentes, estratégias semelhantes têm tomado a forma das “operações urbanas” e apresentam-se, muitas vezes, em variadas modalidades de parcerias público-privadas, bons exemplos para clarificar as contradições e os conflitos gerados quando da aplicação de modelos externos no contexto de um país em desenvolvimento. Essas contradições são consideradas, sobretudo, pela fragilidade do Estado em estabelecer os mecanismos reguladores e participativos ao empreender políticas de renovação urbana através de alianças com o capital privado, sem comprometimento social. No Brasil, a parceria entre o poder público e a iniciativa privada teve início por meio das Operações Interligadas e das Operações Urbanas, surgidas na década de 1980.

Também a partir da década de 1980, surgiria a figura das zonas ou áreas especiais de interesse social como uma resposta da política urbana aos processos especulativos sobre áreas residenciais ocupadas por populações de baixa renda. (TINOCO, 2005). A estreita relação entre regulação fundiária e financiamento do desenvolvimento urbano, de acordo com Maricato

(1995), tem feito com que a questão urbana no país oscile entre o monopólio do capital imobiliário sobre localizações valorizadas e grandes áreas ilegalmente ocupadas por favelas, cortiços e loteamentos irregulares. Realidades definidas por paisagens fragmentadas, com padrões de ocupação radicalmente distintos, apresentam-se como consequência da produção doméstica da habitação e do estado de “ilegalidade” predominante nas cidades brasileiras. O modelo econômico e a regulação urbanística são responsáveis pela diversidade de morfologias, basicamente compostas por porções de cidades ocupadas segundo parâmetros tradicionais de regulação e porções ainda desreguladas, resultando em paisagens e conjuntos urbanos complexos.

Diferentes formas de intervenção caracterizam os programas de urbanização em áreas de interesse social, apoiando-se basicamente no respeito ao direito das famílias permanecerem no local, bem como na execução de obras de reorganização espacial, tais como a instalação de infraestrutura, parcelamento do solo e pavimentação. Por outro lado, os novos Planos Diretores incorporaram alguns mecanismos que estimulam a parceria da iniciativa privada com o poder público, apoiando-se em instrumentos de regulação, tais como as Operações Urbanas e Interligadas, que permitem planos específicos locais, onde devem estar asseguradas trocas e contrapartidas de interesse ambiental e social.

Embora os novos instrumentos tragam como questão central a inclusão de parcelas marginalizadas da população nos processos de produção legal da cidade, ampliando os mercados de habitação, as operações urbanísticas que tratam da parceria entre público e privado colocam o planejamento urbano frente a frente com os mecanismos de mercado e, portanto, como partícipe do mercado imobiliário. Nesse contexto, o interesse social tem sido “acomodado” às estratégias, que, como se sabe, são de caráter exclusivamente econômico e acabam por gerar processos de exclusão social. A construção de uma cidade justa, portanto, deve se dar a partir da atuação do Estado sobre as áreas estratégicas, não somente do ponto de vista empresarial, mas fundamentalmente estratégicas do ponto de vista social.

3.2 Natal em foco: “Estilo e qualidade no alto da Ribeira – Coloque o brilho do sol na sua vida”

No que se refere à realidade de Natal, é notório que a partir do discurso os empreendedores urbanos da cidade conseguem canalizar os recursos públicos de forma a sustentar a construção de novas centralidades, desviando assim as políticas públicas das prioridades ligadas a uma demanda social cada vez mais dramática. Uma análise mais pormenorizada mostra que a dinâmica de produção do espaço em Natal é baseada em

coalizões entre as elites urbanas locais e o Poder Público, que não tem nada de moderno e muito menos de global, sendo na verdade a expressão urbana das tradicionais e arcaicas relações sociais típicas do patrimonialismo brasileiro e nessa situação das oligarquias locais. A cidade de Natal sempre teve como característica a existência de uma parcela da população que possui “patamar de renda” gerada fora do circuito produtivo (CLEMENTINO, 1995)

A produção capitalista da cidade teve seu início na década de 40 com a emergência do mercado de terras – loteamentos – quando o solo passou, então, a constituir fator de remuneração do capital. A participação no Programa de Cidade de Porte Médio, a construção de conjuntos habitacionais promovidas pelo Estado, e o início das atividades da Petrobrás contribuíram significativamente para a ampliação do processo, que atingiu o ápice após 2003, depois de anos de investimento do Prodetur e da financeirização exacerbada da economia global, quando investidores europeus adotaram Natal e litoral potiguar como destino de seus investimentos (SILVA, 2010).

Para explorar essa linha de análise, foi realizada uma pesquisa piloto, com o intuito de coletar dados empíricos, que consistiu em seis entrevistas semi estruturadas com representantes de diferentes grupos sociais presentes na área há pelo menos mais de uma década: moradores, profissionais ligados ao mercado imobiliário, comerciantes e prestadores de serviços.

Apesar da história do bairro da Ribeira ser muito expressiva e do mesmo contar com infraestrutura consolidada, este apresenta carências básicas como a falta de limpeza pública, os problemas na drenagem das ruas, o abandono de muitas edificações, a iluminação pública deficiente, dificultando e prejudicando a circulação à noite e aumentando a sensação de insegurança. Tudo isso agravado pela ocupação de prédios abandonados e sua utilização como pontos de consumo de droga, o que é mencionado tanto por moradores como por observadores externos, conforme aponta o discurso da moradora antiga, de um proprietário de hotel que reside no local e de um agente imobiliário apresentados neste texto.

A fala da moradora lone que reside no local, há cerca de quarenta e oito anos ilustra a situação de exclusão observada atualmente:

“A Ribeira não se resume só à Rua Chile (ver fig 1). O problema é que eles não fazem nada, é um bairro esquecido. Porém, eles impõem a vontade deles. Ninguém me perguntou sobre a possibilidade de tombamento do bairro, nem para o meu vizinho. Soube pela TV Cabugi. Olha, até o meio fio sou quem pinto; eu compro cal e pago a um rapaz para pintar duas vezes por ano – a rua inteira. Eles só fazem isso no carnaval, ou seja, pintar e tirar o mato da rua. Até o prédio

aí da frente eu mandei passar a cal, afinal era feio e eu tinha que ficar olhando para isso”.

A Ribeira possui poucos estacionamentos dificultando a sobrevivência de comércios e serviços e uma possível parada de ônibus de Turismo. Atualmente o bairro está incluído no trajeto de um *city tour*, sem parada. Existem alguns prédios que alugam quartos e um hotel, o Grand Hotel, cujo dono reclama que o movimento caiu drasticamente, apesar da posição privilegiada; ele responsabiliza o poder público pelo descaso e falta de compromisso com o bairro.

A localização do hotel, que deveria ser o principal fator de atração para os turistas, segundo o proprietário, não influencia em nada. No seu depoimento demonstra que desconhece o que venha a ser o centro histórico:

“O que o senhor entende por área histórica? não entendo nada, para mim só por que é velho. No caso da Ribeira, o pessoal de Natal fala mal do bairro sem conhecer. O movimento do hotel tá caindo cada vez mais, devido ao povo de Natal falar mal; aqui nem tem o que roubar. Os hóspedes são turistas e gente que trabalha no porto; hoje só 20% dos quartos são ocupados. A única cidade do Nordeste todinho que não tem bairro revitalizado; tudo que falam sobre revitalização na prática é lorota. Não tem turista, turista só vem quando lota todos os hotéis”.

Os imóveis históricos, não fogem a essa realidade de decadência: a maior parte encontra-se em péssimas condições de conservação, evidenciando-se desprezo total pelo patrimônio histórico (ver fig 2). Contudo, mais uma vez, observa-se que o fato de ser bairro histórico não é garantia de realização do seu potencial. Um consultor imobiliário entrevistado, vinculado a um empreendimento de luxo da área, informou que o fato de se tratar de um bairro histórico é o que menos pesa na hora da negociação de um imóvel. O entrevistado justificou que Natal não apresenta área histórica, portanto, o mesmo não considera a Ribeira como tal. Ele atrai prováveis compradores, destacando características do bairro como a boa acessibilidade, a localização estratégica tanto para serviços quanto para o lazer (praia em especial). Outra característica ligada ao bairro que é “vendida” aos possíveis moradores é a vista do rio (à oeste) e do mar (à leste), destacadas como das mais belas paisagens da cidade (ver fig 2). Os novos empreendimentos seguem a concepção do condomínio clube, (ver fig 3) e seu mercado consumidor são também casais de origem local (50%) e nacional (50%).



Figura 2- Vista do condomínio

Fonte: <http://natal.olx.com.br/empreendimento-le-rivage-no-alto-da-ribeira-iiid-42787197>, acesso dezembro 2010.



Figura 3 – Propaganda do condomínio clube

Fonte: <http://natal.olx.com.br/empreendimento-le-rivage-no-alto-da-ribeira-iiid-42787197>, acesso dezembro 2010.

Para alguns dos moradores e usuários da Ribeira, as lideranças locais encontram-se em situação de absoluto descrédito em função de projetos propostos pelo poder público e que não saíram do papel. Observam-se uma grande quantidade de ações pontuais que visam dar uma “nova vida ao local”.

Para a cidade de Natal, a ocupação do litoral sem dúvida nenhuma constitui hoje o principal fator de desenvolvimento da atividade turística. O Estado do Rio Grande do Norte tem realizado ações que vão desde a elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Turístico para municípios litorâneos, como a construção de estradas e rodovias que dão acesso às praias do litoral norte e sul a partir da capital. Além disso, a construção de grandes empreendimentos de lazer e entretenimento foi incentivada, em parcerias público-privadas, como é o caso do Centro de Turismo Ecológico e Aventura, na Praia de Pitangui, em Extremoz, litoral oriental do Estado, ao norte de Natal, e da nova Ponte Forte-Redinha - a Ponte de Todos – em Natal. (FURTADO, 2008)

Nesse sentido, é importante salientar a forte ligação que existe entre crescimento urbano e turismo, resultando em produção de novas demandas, que interferem diretamente na estrutura espacial da cidade. A atividade turística é baseada no consumo do espaço geográfico. Este só passa a ser objeto de desejo e de consumo turístico ao apresentar algumas características diferenciais que possibilitem a atração dos visitantes. A atividade turística está centrada na busca da atração a partir da apresentação das potencialidades por quem já visitou o lugar, o que significa que a identidade e a diferenciação espacial são fatores importantes na análise do fenômeno turístico. (SONEIRO, 1991, apud FONSECA, 2005).

4.0 O bairro da Ribeira nas lentes do planejamento estratégico: do esquecimento ao seu tombamento.

Na análise social, é evidente que a sociedade contemporânea (a sua elite, em particular), busca (re) viver um passado por meio de intervenções, diacronia que não necessariamente corresponde à realidade. Nesse contexto, aborda-se o conceito de simulacro de Jean Baudrillard (VALENÇA, 2010), no qual a verdade é construída falseando a realidade. A realidade é reinterpretada de acordo com representações pouco consistentes, transformadas em *mitos*. Estes são construídos por alguns dos indivíduos que buscam consumir os produtos provenientes de cidades tidas como “espetaculares”. No caso do bairro da Ribeira, isto se manifesta através do processo de revitalização pontual, que tende a desprezar corredores e prédios importantes para a dinâmica cotidiana, expressão de períodos históricos, e que

apresentam uma funcionalidade. Os prédios da Rua Sachet, no entorno da praça Senador Augusto Severo, carecem de ações de recuperação como a realizada na histórica Rua Chile em 1991 (ver fig 4). Observa-se uma tendência de abertura de bares associados à animação local, que dinamizam a vida noturna na área; a recuperação e transformação da rodoviária antiga em museu segue esta ênfase nos usos culturais, (ver fig 5) que na prática mudou de uso e também de usuários. Os novos usos culturais estão muito longe de atrair pessoas em todos os horários e dias da semana na medida em que privilegiam uma população de maior renda, consumidora dos usos culturais, mas que, por exemplo, não garante a visitação desejada ao museu de cultura popular, construído sobre a nova rodoviária. Segundo relato do guia do museu, a visitação ao equipamento está bem abaixo do esperado.



Figura 4;-Prédios na rua Sachet e fachada de prédio na rua Chile

Fonte: Acervo pessoal, 20/11/2010



Figura 5 - fachada da rodoviária antiga e atualmente

Fonte: Acervo pessoal, 20/11/2010

A satisfação surge a partir do prazer causado pela expectativa realizada, que se situa na imaginação de cada indivíduo. A motivação principal da maioria das pessoas, em relação ao

consumo, não é simplesmente material. Elas procuram vivenciar na realidade os dramas que visualizam em sua imaginação. No entanto, como a realidade jamais poderá propiciar os prazeres insinuados pelos devaneios individuais, cada indivíduo busca ou negocia aquilo que melhor lhe satisfaz (CAMPBELL apud URRY, 1996).

Segundo Gottlieb (1982, apud Urry, 1996), muitas pessoas que buscam reviver o passado, ou mesmo formas diferentes da sua realidade, na verdade procuram a inversão da vida de todos os dias. Reforçando essa afirmação, apresentamos Baudrillard (1988 apud Urry, 1996: 23), argumentando que muitos indivíduos, não podendo vivenciar a realidade diretamente, recorrem ao *pseudo acontecimento*. Outra menção relevante sobre o *mito* é apresentada por Barthes (1987), ao afirmar que, na realidade, o que permite à sociedade consumir o mito inocentemente é o fato de ela não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo, ou seja, ela não se prende às significações do contexto e tende a compreendê-la segundo o senso comum.

Esses pseudo-acontecimentos, na sua maioria, estão ligados ao passado. Percebendo esse interesse em parte significativa de uma elite, uma das estratégias do planejamento é investir na recuperação de centros urbanos, que no decorrer da história tem recebido diversas nomeações, como centro principal, centro tradicional, centro de mercado ou simplesmente centro histórico. No mundo contemporâneo, os centros configuram-se como parte integrante das vitrines urbanas e devem garantir uma boa e bela imagem, para promover uma vantagem competitiva em relação às outras cidades. (VARGAS e CASTILHO 2009, p. 46)

Observa-se, no entanto, que, em Natal, ao longo da formação dos bairros situados na orla ribeirinha e marítima, neste caso a Ribeira, próximos ao triângulo formado pelo rio e pelo mar, muitas estruturas antigas sobreviveram ao longo dos anos, embora exista a pressão do capital imobiliário para alterar os gabaritos e os índices de ocupação estabelecidos e, com isso, estimular o processo de gentrificação e a consequente expulsão da população residente no bairro para as áreas periféricas da cidade ou da região metropolitana. Outra fragilidade do processo é a definição do cronograma dos projetos a partir do tempo político e dos interesses econômicos, ao invés da sustentabilidade (econômica, social, ambiental) da intervenção. Assim, os aspectos socioculturais são deixados em segundo plano, enquanto prevalecem aspectos políticos e econômicos, apesar de que os planos e projetos desenvolvidos para a cidade justificarem a melhoria da infraestrutura local, na melhoria na qualidade de vida da população atualmente inserida no contexto.

É importante salientar que atualmente o bairro é palco de dois processos simultâneos: o tombamento do bairro, definido provisoriamente por uma notificação divulgada no diário oficial

de 23 de julho de 2010, que, segundo a superintendente do instituto do patrimônio histórico no Rio Grande do Norte, Jeane Nesi, pretende dar vida nova ao local; e, segundo alguns moradores, a construção de condomínios-clubes será a solução concreta para “dar nova vida” ao bairro, pois acreditam que mediante a chegada de moradores – com maior poder aquisitivo – ocorrerá a re-dinamização do local.

Observa-se como o discurso em favor da mudança varia de acordo com os diversos atores sociais envolvidos. Que a construção do mito naturaliza a execução parcial desse discurso na realidade, apenas na medida necessária para a realização dos interesses econômicos e políticos das classes dominantes. Os moradores e usuários da área histórica por vezes transformam-se em fantoches da elite ao reproduzirem um discurso que se analisado de forma detalhada lhes nega o protagonismo, o direito à memória e à cidade.

Referências

ARANTES, Otilia B.Fiori, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1987.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos setenta**. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.

DEL RIO, Vicente. **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro. A contribuição ao Estudo da Percepção Ambiental**. São Paulo, 1991. 470 p. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

DOU. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Natal, RN, n 140, 23 de julho. 2010. Seção 3, p. 13,14.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, política de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005

FURTADO, E. M. **A onda do turismo na Cidade do Sol: reconfiguração urbana de Natal**. 1. Ed. Natal - RN: Editora da UFRN - EDUFRN, 2008. V. 1. 188

GARCIA, Cláudia da C; SILVA, Eliel Américo Santana da; FRANÇA, Franciney Carreiro da; HOLANDA, Frederico de (org); TENÓRIO, Gabriela de Souza; BATISTA, Geraldo Sá Nogueira; BARCELLOS, Vicente. **Arquitetura e Urbanidade**. São Paulo: Proeditores, 2003

GAZOLA, Cláudia. **De volta à margem - plano de diretrizes para reabilitação da margem direita do rio Potengi**. Natal; Departamento de Arquitetura, UFRN, 1999.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora, Record, 2005.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Editora perspectiva, 1995.

HARVEY, David. **Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. São Paulo, Espaços & Debates. N. 39. Ano XVI, 1996.

LEAL, Ana Paula de Oliveira Vilaça. **Um olhar sobre as áreas especiais de interesse social da cidade do Natal: limites e perspectivas para a sua consolidação na política urbana municipal**. 2005. 295f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MARICATO, Ermínia. "**Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental: diagnóstico e recomendações**". Trabalho apresentado no II SEMINÁRIO NACIONAL PREPARATÓRIO PARA O HABITAT II. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, maio de 1995.

_____. , **Brasil, cidades**: alternativas para crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Ingrid Grazielle Reis do. **Reestruturação do espaço urbano do bairro de Santos Reis Natal-RN e suas implicações socioespaciais em função da construção da ponte Forte-Redinha**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UFRN, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa.

PELEGRINI, C.A Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PMN. Prefeitura Municipal de Natal. Apresentação Oral à **IV Caminhada Histórica em Natal**. Realizada em 19 de dezembro de 2010.

SASSEN, Saskia. **Globalização da economia nas cidades**. In SCHIFFER, Sueli. (Org). Globalização e estrutura urbana. São Paulo: Hucitec, 2004.

SILVA, Alexandre. **Sol, praia e imóveis: dinâmica urbana e meio ambiente no Nordeste brasileiro**. Anais do IENANPARQ. Rio de Janeiro: Faperj/ Capes/ CNPq, 2010. Cd-rom.

TINÔCO, Marcelo Bezerra de Melo. *Arquitetura em Disputa. O Papel do Projeto Urbano na Ocupação da Cidade: ocupação turística e ocupação de interesse social*. Tese de Doutorado – FAUUSP. São Paulo: s.n., 2001. 279 p.

URRY, Jonh. **Um olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 2001.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: Maricato, Erminia; Vainer, Carlos e Arantes, Otilia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000

VALENÇA, Márcio Moraes. **La Gioconda, a cidade contemporânea e os centros históricos**. *Arquitextos*, 117.02, fevereiro de 2010. (disponível em <file:///E:/ArquitextoVitruvius.htm>)

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena. **A restauração do Pelourinho no Centro histórico de Salvador. Bahia, Brasil. Potencialidades, Limites e dilemas da conservação de áreas degradadas História, cultura e cidades**. HAOL, Núm. 14 (Otoño 2007), 35-47 ISSN 1696-Publicación Online. 15 Octubre 2007.

Sites acessados:

<http://natal.olx.com.br/empreendimento-le-rivage-no-alto-da-ribeira-iiid-42787197>

<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-br&tab=wl>

Entrevistados:

Ione, 48 anos. Rua Ferreira Chaves. Moradora do local.

Cláudio, 37 anos. Avenida Duque de Caxias. Mora e trabalha a 18 anos no local. Corretor de imóveis da empresa Capuche. Rua General Gustavo Cordeiro de Farias. -Ribeira.

ⁱ Agradecemos ao professor Márcio Moraes Valença, pelas contribuições e críticas.